
Jornal FNE

Edição 140 – Jan/14

Recomeçar o trabalho

Nesta edição, Engenheiro traz a cobertura do 2º Encontro Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), realizado em São Paulo, nos dias 5 e 6 de dezembro. A entidade, que reúne, além de engenheiros, economistas, farmacêuticos, médicos, nutricionistas e odontologistas, propôs a importante discussão sobre os desafios do sindicalismo dessa mão de obra especializada de formação superior. O evento abordou ainda o projeto “Brasil 2022”, visando o Bicentenário da Independência. Na pauta também o trabalho feito pelo Senge Goiás junto aos estudantes de engenharia, visando difundir a ação sindical e a importância da organização da categoria.

Em entrevista, o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto de Queiroz, fala sobre as perspectivas para 2014, a pauta dos trabalhadores e a eleição presidencial.

Em C&T, o debate em torno da exploração de gás de xisto, cujo potencial energético tem sido alardeado nos últimos tempos. Contudo, especialistas recomendam precaução, tendo em vista os riscos envolvidos no processo de extração. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

FNE 50 anos: Comemorar e realizar

Em 2014, a FNE alcança um marco notável: 50 anos de história, que se completam no dia 25 de fevereiro próximo. A entidade certamente comemorará as cinco décadas de luta pelos engenheiros e por essa profissão que, mais que um ofício ou meio de vida, é instrumento dos avanços e transformações necessárias à humanidade.

Ao longo desse período, a nossa federação amadureceu a sua atuação como entidade sindical e também como parte da sociedade civil organizada que pode e deve dar a sua contribuição para que o País trilhe os rumos do desenvolvimento sustentável, buscando inserção soberana no sistema internacional e qualidade de vida para a sua população.

A tradução inegável desse esforço feito pela FNE é o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em 2006 como contribuição à retomada da expansão econômica no País. Bem-sucedida, a iniciativa cresceu em profundidade e abrangência, passando pela

discussão sobre as cidades e as regiões metropolitanas, o enfrentamento da crise financeira, os gargalos que estancaram a retomada do crescimento observada a partir de 2007 e, ponto de pauta atual, a Copa 2014. Essa é vista como oportunidade de melhoria da infraestrutura das localidades que sediarão os jogos, assim como de vários outros avanços em termos de gestão pública e qualificação de mão de obra. Assim, a federação vem acompanhando os preparativos e debatendo problemas e soluções em seminários em várias partes do Brasil.

Outra vitória importante da FNE é o crescimento e fortalecimento dos seus 18 sindicatos filiados, que ganharam relevância e representatividade em suas respectivas bases, além de projeção nacional em vários casos. Essa organização é hoje uma forte e coesa rede de entidades e lideranças guiadas pelo objetivo comum de defender o engenheiro e lutar pelo desenvolvimento, que tornou-se capaz de superar obstáculos e construir saídas criativas para os problemas enfrentados. Fruto disso são, por exemplo, várias conquistas em relação à valorização profissional e à remuneração dos engenheiros em diversas cidades e estados brasileiros e também no setor privado.

Portanto, ciente das vitórias alcançadas e também de que essas foram fruto de trabalho, dedicação e de um movimento unitário essencial, a FNE, em 2014, tem muito a comemorar. Porém, há também muito a se fazer. A luta certamente continua, e em todas as suas frentes fundamentais. Na nossa agenda, permanece, por exemplo, a defesa incansável do piso profissional da categoria previsto na Lei 4.950-A/66, o que consideramos absolutamente justo e o mínimo necessário para que se garanta o reconhecimento a uma mão de obra fundamental ao País, seja no setor público ou nas empresas privadas.

Ganha ainda maior ênfase a ação sindical de caráter nacional e também o apoio à atuação dos sindicatos filiados nesse campo. É essencial fortalecer a luta dos engenheiros como trabalhadores e ampliar sua capacidade de organização e mobilização em defesa de seus direitos.

Naturalmente, segue o debate das questões cruciais da sociedade. Neste ano em especial, em que se disputam as eleições para a Presidência da República, os governos e parlamentos estaduais e o Congresso Nacional, a FNE trabalhará para oferecer aos candidatos propostas factíveis e de interesse público real. Mantendo sua linha de total independência e sem ligações partidárias de qualquer nuance, a entidade fará a discussão política de forma ampla, democrática e visando o bem comum.

Como se vê, a celebração do jubileu de ouro da FNE traz uma pauta intensa de trabalho, o que, por sinal, só faz jus à sua história.

Murilo Celso de Campos Pinheiro – Presidente da FNE

MOBILIZAÇÃO

Sindicato para defender o engenheiro

A organização de uma categoria é fundamental para a sua valorização e sobrevivência no mercado de trabalho. Com essa observação, o primeiro secretário do Senge-GO e diretor de relações acadêmicas da FNE, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo, fala da aproximação das entidades com estudantes da área. Em novembro último, o sindicato recebeu alunos de engenharia de Goiás e também do Mato Grosso do Sul, Maranhão, Bahia e Piauí, dentro do programa Crea Júnior desses estados, uma assessoria do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, cujo intuito, segundo o órgão, é “mostrar o exercício profissional de engenharia com ética, valores, responsabilidade, transparência e liderança”.

Para Azevedo, o grande desafio do movimento sindical dos engenheiros é “contagiar os jovens profissionais, mostrando a eles que a nossa força está no coletivo”. Ele observa, ainda, que nunca é demais esclarecer que a representação legal da categoria é dos sindicatos, e não dos Creas, prerrogativa que ainda gera confusão para quem já está exercendo a atividade e para os estudantes. A dúvida é confirmada pelo aluno do quinto período do curso de agronomia da Universidade Federal de Goiás (UFG), Gustavo de Paulo Souza, 20 anos, que é diretor de comunicação do Crea Júnior. Ele afirma que boa parte dos alunos ingressa na faculdade sem saber o que é movimento sindical e obtém conhecimento a respeito por meio de docentes e profissionais que também têm pouca informação ou distorcida sobre o assunto.

Nesse sentido, Souza e outros integrantes do Crea Júnior goiano, as estudantes Shayene Karla Marques Corrêa, 19 anos, do quinto período de engenharia de controle e automação da Pontifícia Universidade Católica (PUC-GO), e Emely Kely de Souza Gomes, 21 anos, do nono período de engenharia elétrica da UFG, elogiaram a visita que fizeram ao Senge. “A apresentação que tivemos sobre o que é e como funciona o sindicato tirou uma ideia errônea que nos é passada diariamente em alguns lugares”, analisa Souza. Corrêa emenda dizendo que a experiência foi esclarecedora e empolgante: “Ficamos sabendo que temos ao nosso lado líderes que estão de fato envolvidos com questões da área, que se empenham em superar desafios e criar oportunidades para nós, futuros engenheiros.”

Formação necessária

Gomes vê o sindicato como “a nossa segunda casa” e elenca que ele é a representação legal nos aspectos trabalhista e negocial, tem uma estrutura confortável, preparada para receber a categoria, e oferece vários benefícios. Todavia, o mais importante, segundo a estudante, são as reivindicações que visam melhorar a vida do profissional, dando-lhe mais dignidade, e a luta por justiça social.

O diretor da FNE defende uma organização coletiva desde os bancos escolares para desmistificar qualquer preconceito com relação ao sindicato. Como contribuição, Corrêa sugere que as entidades sindicais desenvolvam mais ações de aproximação com os alunos. “Sei que é um trabalho árduo, pois fazer os estudantes se interessarem por isso é um grande desafio, mas seria um grande avanço no que diz respeito à nossa formação”, garante.

No contato com o alunato, Azevedo percebe a grande expectativa com relação ao início das atividades laborais, fato relacionado à evidência que as diversas modalidades de engenharia ganharam nos últimos anos no País. “Ocorre que nem todos os setores conseguem boa colocação no mercado de trabalho. Em alguns deles, os novos engenheiros sequer conseguem ser remunerados pelo salário mínimo profissional”, constata, referindo-se à legislação (4.950-A/66) que determina o valor equivalente a seis ou nove salários mínimos para jornada diária de seis ou oito horas. Souza já tem ideia do que o espera: “O principal problema enfrentado é o não cumprimento de direitos da classe, como o salário legal.” No seu campo, inclusive, afirma que há empresas que contratam o agrônomo como técnico agrícola para fugir do piso.

Segundo Azevedo, o Senge-GO tem realizado um trabalho permanente junto aos estudantes e aos recém-formados de engenharia, patrocinando eventos específicos para esse público e incentivando a filiação ao sindicato. Ele reforça que a medida é importante para reverter qualquer desconhecimento sobre o papel fundamental da organização sindical na vida dessa mão de obra.

Por Rosângela Ribeiro Gil

CNTU

Enfrentar a desigualdade para assegurar um país justo e inclusivo em 2022

Tema central para se alcançar uma nação desenvolvida de forma sustentável no Bicentenário da Independência – como propugna o projeto “Brasil 2022 – O País que queremos”, em elaboração pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) –, o combate à desigualdade foi apontado como estratégico em várias falas durante o 2º Encontro Nacional dessa entidade. O evento realizou-se em 5 e 6 de dezembro, em São Paulo, na sede do Seesp, e teve a participação das categorias abrangidas pela organização – além dos engenheiros, médicos, nutricionistas, farmacêuticos, economistas e odontologistas –, em todo o País. Cerca de 200 pessoas estiveram presentes à iniciativa, que contou, ao final do primeiro dia, com apresentação do Coro Luther King, incluindo orquestra e madrigal com canções eruditas, regionais e populares.

Como resultado, foi aprovada a Carta do 2º Encontro Nacional, que abrange, entre as recomendações, a “participação nas lutas unificadas dos trabalhadores e da sociedade pelo desenvolvimento sustentável”. Além disso, a atuação nas lutas pela reindustrialização, desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, contra a financeirização e desnacionalização da economia, garantindo a soberania.

Entre as personalidades que prestigiaram a abertura, estão os vereadores de São Paulo José Police Neto (PSD) e de Campo Grande Edson Kiyoshi Shimabukuro (PTB), este último também

presidente do Senge Mato Grosso do Sul; o superintendente Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros; e o secretário municipal do Trabalho e Emprego de São Paulo, Eliseu Gabriel. No ensejo, Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE e da CNTU, observou que, no processo eleitoral de 2014, deve-se cobrar dos candidatos ideias e programas de trabalho. A confederação deve apresentar suas propostas a cada um.

A reindustrialização foi apontada por Waldir Quadros, economista do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Cesit/Unicamp), como um dos grandes desafios a serem enfrentados em âmbito nacional. “Não se pode falar em desenvolvimento sem indústria.” Segundo ele, os países que resolveram a questão da educação, por exemplo, são os que têm Produto Interno Bruto (PIB) alto. Na sua concepção, uma das ações necessárias nesse sentido é a promoção da reforma agrária, uma vez que a migração do campo para a cidade por falta de condições de vida em áreas rurais continua a se dar de forma alarmante. “Em 30 anos, 50 milhões de pessoas saíram do campo e vieram para as cidades em situação miserável”, afirmou.

Nos debates ficou demonstrado que ainda há muito por avançar, a despeito do que Armando Boito Jr., cientista político da Unicamp, chamou de nova fase brasileira, com ganhos reais em 96% das convenções e acordos coletivos de trabalho no ano de 2012, ante 18% em 2003. Da mesma forma, o número de greves aumentou, assim como o perfil das reivindicações das categorias que, na década de 1990, era defensivo, pela garantia do não atraso do pagamento dos salários, e nos anos 2000, passou a ser ofensivo, incluindo aumento real e produtividade.

Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), acredita que o cenário encontrado no Brasil permite “transformações mais robustas”. Assim, apontou o caminho das pedras ao sindicalismo dos profissionais universitários: constituir a unidade da classe trabalhadora para enfrentar a desigualdade, com estratégias de ações políticas que produzam mudanças e “promovam o sentido da igualdade”. Para tanto, ele acredita que a capacidade de intervenção dessa parcela do sindicalismo precisa ser bastante superior, encarada como parte dessa luta. “Precisamos debater nossas escolhas, se o projeto de sociedade que queremos é da que produz laranja, suco de laranja ou vitamina C. É necessário agregar valor, o que requer uma estrutura econômica diversa e complexa. A dimensão do desenvolvimento industrial e de ciência, tecnologia e inovação é central nesse processo.” É fundamental ainda, segundo sua análise, “disputar a produtividade, a qualidade do emprego” nessa direção. Diante desses desafios, Ganz Lúcio enfatizou que “o papel do Estado é fundamental”. E é mister “disputar a regulação do sistema, enfrentar o problema da terceirização”.

Sob essa ótica, João Guilherme Vargas Netto, analista político e consultor sindical da CNTU, propõe que o sindicalismo de classe média mantenha uma visão de unidade, de conjunto. Isso, na sua opinião, é importante diante do desafio colocado de a pauta trabalhista estar congelada em Brasília, ao mesmo tempo em que o movimento obtém ganhos salariais reais. “Temos a pressão empresarial, uma incompreensão da presidente (Dilma Rousseff) e a desorganização do Legislativo.” Frente a essa conjuntura, ele acredita que a primeira grande tarefa da CNTU deva ser o fortalecimento das federações das categorias que a compõem, aproximando a confederação das exigências de sua base e do “grosso” do movimento sindical.

Brasil 2022

Fazendo um paralelo sobre os desafios em prol da igualdade e justiça social no País que o projeto “Brasil 2022” visa enfrentar, o diretor de articulação nacional da CNTU e coordenador do 2º encontro, Allen Habert, citou como inspiração o líder na luta que pôs fim, em 1994, ao apartheid na África do Sul: Nelson Mandela – que faleceu aos 95 anos de idade, no dia 5 de dezembro. “Ele nos mostrou que não há problema que não tenha solução.”

O projeto da CNTU foi debatido pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e pelo secretário adjunto municipal de Cultura de São Paulo, Alfredo Manevy de Pereira Mendes. O primeiro indicou que, para haver crescimento, é necessária a combinação de processos políticos e econômicos e aumento da capacidade produtiva em várias áreas, como industrial, de mineração, de serviços, de infraestrutura. Guimarães apresentou o quadro da desigualdade social, com quase 13 milhões de famílias na miséria, enquanto as instituições financeiras mantêm altos rendimentos. “No último trimestre, o Itaú teve R\$ 13,5 bilhões de lucro.” Como lembrou, o País ainda enfrenta outros tipos de desigualdades, como étnica, de gênero, regional e cultural. E destacou que é nessa última área que se formam as concepções de mundo, lamentando que hoje quem cumpre esse papel é sobretudo a televisão.

Mendes enfatizou a importância das redes digitais para mudar um pouco esse quadro hegemônico no processo de produção e distribuição de cultura no País. “A internet talvez seja um dos meios que mais permita acesso a repertórios culturais diversificados de várias origens, do Brasil e do mundo.” E lembrou a disputa que se trava hoje em Brasília acerca do projeto de lei relativo ao marco civil da internet, que institui os direitos e deveres dos usuários da rede. “Esse acesso está hoje sob ameaça por legislações que visam transformar o meio num espaço de controle econômico no modelo tradicional de compra e venda”, adverte, exemplificando com os casos de países da Europa, como França e Alemanha, que aprovaram regulamentações que transformaram a internet num lugar proibitivo, em que a única forma de compartilhar filmes, músicas e outros conteúdos é pelas regras da indústria cultural clássica. “O Brasil não deve seguir esse modelo.”

Caso contrário, perderia a oportunidade de utilizar tal tecnologia no combate à exclusão e desigualdade cultural no País. Citada por Mendes, pesquisa realizada pelo Ministério da Cultura em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008, revela que apenas 10% dos brasileiros vão ou já foram alguma vez na vida ao cinema; em torno de 13% já foram a um museu; de 10% a 15% já frequentaram um centro ou outro equipamento de cultura. Entre as mais de 5.500 cidades brasileiras, apenas 10% têm centros que oferecem programação cultural. “Os números apontam para um verdadeiro abismo, um apartheid do ponto de vista de acesso às estruturas culturais em nosso país”, concluiu. E complementou: “Mudar esse cenário é um tema vital para a nossa cidadania”, questionando: “Como o Brasil pode se tornar um país desenvolvido tendo quase 90% da sua população sem acesso a estruturas culturais diversificadas?”

Conselho Consultivo e prêmio

Ao final, ocorreu a posse de 65 novos integrantes do Conselho Consultivo da CNTU, que agora reúne 600 membros, e sua 3ª Plenária, bem como a entrega da terceira edição do prêmio

Personalidade Profissional 2013. Na oportunidade, foram agraciados como destaques do ano na luta por um Brasil melhor: Antônio Corrêa de Lacerda (na categoria Economia); o senador Romero Jucá Filho (Engenharia); Maria Socorro Ferreira, representada na homenagem por Ulisses Nogueira (Farmácia); o senador Paulo Roberto Davim (Medicina); Élide Bonomo (Nutrição); Maria Helena Machado de Souza (Odontologia); e Rosa Maria Cardoso da Cunha (Excelência em gestão pública).

Por Soraya Misleh, com a colaboração de Rosângela Ribeiro Gil

SINDICAL

O que acontece nos estados

AC

Assinado convênio entre governo, ANA e sindicato

O Governo do Acre convidou o Senge-AC a participar de reunião sobre o Rio Acre e a gestão das águas com o presidente da Agência Nacional das Águas (ANA), Vicent Andreu, no dia 25 de novembro último. Na ocasião, foi assinado convênio entre o sindicato, o Executivo e a ANA para realizar estudos de regularização da vazão do rio. “Daremos nossa contribuição técnica para tanto”, disse o presidente do Senge, Sebastião Fonseca. O governo recebeu a primeira parcela do recurso de R\$ 3,5 milhões do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas e terá apoio para buscar solução definitiva ao problema, por meio de estudos e consultorias que apontem a saída técnica mais adequada. Para o governador Tião Viana, a contrapartida será o governo fazer a sua parte, com qualidade técnica e de gestão. Fonseca acredita ser fundamental a participação da engenharia e o apoio do Senge na concretização desses estudos.

TO

Cursos com desconto

O presidente do Seageto, Antonio Ciro Bovo, assinou novos convênios, beneficiando os filiados e seus dependentes. Um deles é com a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul Virtual), que oferece cursos de graduação e pós-graduação, com desconto de 10% nas mensalidades. Outro, com o Instituto Laboro para pós-graduação em engenharia de segurança do trabalho, com desconto de 20% na mensalidade. E ainda, com o Minds English, para cursos de inglês, com desconto de 40%. Mais informações pelo telefone (63) 3216-2981 e nos sites www.unisul.br, www.institutolaboro.com.br e www.mindsidiomas.com.br.

GO

Ases homenageia Senge em festa

Ocorreu no dia 7 de dezembro último uma confraternização realizada pela Associação dos

Engenheiros da Saneago (Ases), com a participação dos engenheiros, familiares, associados e aposentados. Na ocasião, o Senge-GO foi homenageado com uma placa, recebida pelo presidente Gerson Tertuliano, em reconhecimento ao trabalho em defesa da engenharia goiana e à parceria com a Ases. “Parabenizo os engenheiros da associação, que, com sua união e amizade, tornam sempre mais fáceis os entendimentos e direcionamentos dos anseios da nossa categoria”, afirmou Tertuliano durante a cerimônia.

SC

STF confirma validade do piso salarial

O reconhecimento do piso aos engenheiros da Companhia de Gás de Santa Catarina (SC Gás), nos termos da Lei 4.950-A/66, foi feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF), através do voto do ministro Celso de Mello, em 21 de novembro último. O magistrado decidiu pela improcedência da reclamação da empresa, que tentou anular a decisão favorável à categoria, proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho.

MT

Confraternização e premiação Destaque 2013

Para celebrar o Dia do Engenheiro – 11 de dezembro – e o final do ano, foi realizado o Baile dos Engenheiros 2013, pelo Senge-MT, no dia 12, na Associação Atlética do Banco do Brasil, em Cuiabá. Na ocasião, foi entregue o prêmio Destaque 2013. Os agraciados foram o deputado federal Wellington Fagundes (PR) e os engenheiros Carlos Caneppele e Maria Aparecida Braga Caneppele. Segundo o presidente do Senge, Luiz Benedito de Lima Neto, o objetivo foi agradecer “o profissional que transforma sonhos em resultados tangíveis e que constrói um Brasil melhor”.

PI

Eleita nova diretoria à gestão 2013-2017

Antonio Florentino Filho foi reeleito presidente do Senge-PI para a gestão 2013-2017, com a chapa “Engenharia Unida”. Uma das prioridades no novo mandato é estender a Lei 4.950-A/66, que estabelece o salário mínimo profissional, a todos os órgãos e empresas públicas do Piauí. Nesse processo, estão incluídas a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários para engenheiros, arquitetos e agrônomos da Prefeitura de Teresina e a adequação do plano existente no governo estadual à legislação federal. Florentino garantiu que o Senge permanecerá forte e destemido na defesa dos interesses da engenharia. “Queremos manter nossa atuação pautada na ética e responsabilidade, sempre defendendo o melhor à sociedade”, afirmou.

RS

Aprovado ACT inédito na iniciativa privada

Os engenheiros da Distribuidora Gaúcha de Energia AES Sul aprovaram a primeira proposta do acordo coletivo específico da categoria, no dia 4 de dezembro último. Um avanço na ação do Senge junto aos profissionais da iniciativa privada. Em reunião no município de São Leopoldo (RS), o vice-presidente do sindicato, Alexandre Wollmann, colocou a proposta da AES para o acordo, na qual apresenta cláusula de aumento gradual da remuneração até que o valor praticado alcance o salário mínimo profissional, conforme a Lei 4.950-A/66. A categoria analisou e deliberou pela aprovação. Na ocasião, Wollmann discorreu sobre a atividade dos

engenheiros, a ação sindical, a legislação e a resoluções do Sistema Confea/Creas, esclarecendo dúvidas inerentes à profissão e às carreiras. Segundo ele, o trabalho do Senge não se encerra com a assinatura do acordo, “segue imediatamente com a definição de novas pautas para atender demandas da categoria”.

AL

Entidade busca apoio à realização de concursos

Ao longo de 2013, o Senge-AL trabalhou em defesa dos engenheiros, arquitetos e agrônomos que atuam nos municípios alagoanos e pelo cumprimento da Lei 4.950-A/66, que estabelece o piso da categoria. Neste ano, o sindicato se propõe a prosseguir com a luta para que concursos públicos se efetivem nos 102 municípios do estado. A medida é essencial, “pois é impossível planejar, elaborar projetos, processos licitatórios e executar obras sem a participação desses profissionais”, afirmou o presidente do Senge, Disneys Pinto.

MS

Ação contra impostos indevidos

Representando seus associados, o Senge-MS ingressou em outubro último com ação judicial contra a incidência da contribuição previdenciária sobre verbas trabalhistas, como aviso prévio indenizado e adicional de férias. Segundo o presidente do sindicato, Edson Kiyoshi Shimabukuro, tal cobrança feita diretamente na folha de pagamento pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é indevida, pois ultrapassaria o limite legal de 11%. “Sendo acatada a ação, serão obtidos benefícios concretos, com a restituição dos valores recolhidos e a diminuição dos encargos futuros”, informou o dirigente.

ENTREVISTA

Ao longo de 40 anos, ele esteve à frente da Cofap, que se tornou referência em amortecedores no País e no mundo. “Viajei o Brasil de ponta a ponta e vendemos para 97 países”, conta orgulhoso Abraham Kasinsky, o criador desse império, que chegou a ter 18 fábricas (nove no exterior), 35 mil funcionários e faturamento de US\$ 1 bilhão. Em 1997, imaginando-se pronto para a aposentadoria, ele vendeu a companhia, hoje de propriedade do grupo Magneti Marelli. Apesar do bom negócio – “pagaram quanto eu pedi” –, um mês depois arrependia-se da decisão. “Acordava pela manhã e não tinha para onde ir”, lamenta. O caminho natural foi se lançar em nova aventura. Em 1999, comprou uma fábrica de motocicletas em Manaus e criou a Kasinski (com o “y” substituído por “i”) – Fabricadora de Veículos Ltda., que funciona na capital amazonense numa planta de 18 mil metros quadrados e tem o showroom em São Paulo. Idealizador dos modelos disponíveis no mercado e do Motokar, veículo de três rodas em fase de projeto, cujo preço não poderá ultrapassar os R\$ 5 mil, Kasinsky é ainda garoto-propaganda da empresa. Aos 88 anos, numa disposição de dar inveja, esse paulistano do Brás cumpre expediente diário a partir das oito horas, que, por vezes, estende-se até as 22 horas.

A somar-se aos inúmeros prêmios já recebidos, ele foi agraciado em 15 de dezembro último com o Personalidade da Tecnologia, concedido anualmente pelo Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo), na categoria “Desenvolvimento Industrial”. Momentos antes, ele falou a Engenheiro sobre sua trajetória e os planos para o futuro.

Como foi a sua história com a Cofap?

A vida da gente é como uma bola de neve, ora você está em cima, ora embaixo. Eu tinha um negócio muito grande, que era a Cofap. Fui o primeiro a exportar produtos fabricados no Brasil. Viajei o País de ponta a ponta, conhecendo cada cliente e acho que fui um bom vendedor. Corri o Brasil todo, com isso conheci todo o país. Fiquei à frente dessa grande empresa por 40 anos.

E por que a decisão de vender a empresa?

O coração tem razões que a razão não compreende. Um dia chegou um camarada e me perguntou se eu queria vender mesmo a empresa, já que era o que se comentava no mercado. Disse que havia uma pessoa louca para comprar a fábrica. Eu não estava decidido, mas, já que havia um interessado, era uma idéia. Quando eu disse o preço, tomei um susto porque ele respondeu: “Está comprado.” Vendi a companhia como um todo.

Depois veio o arrependimento?

De repente, fiquei rico. Só que você fica rico e perde tudo, não é mais gente, desaparece. Comecei a ter que explicar quem eu era. Achei que fosse me aposentar. No entanto, depois de um mês da venda, acordei apressado para tomar banho e sair para trabalhar. Dei-me conta de que não tinha para onde ir, havia vendido tudo. Sentia-me um vagabundo, fora de lugar, com férias fora de hora. Acordava de manhã e não tinha o que fazer. Um amigo me sugeriu que viajasse pelo mundo. Mas o problema era saber para onde voltar. Cometi um erro brutal ao me desfazer da Cofap, que era algo grandioso, antes de pensar numa alternativa. Mas depois de dizer que venderia, não poderia mais voltar atrás, isso eu jamais fiz na minha vida.

Assim surgiu a idéia do novo empreendimento?

Eu comprei uma fábrica de motocicletas, pensando em produzir veículos. Perguntavam-me se eu ia fazer motocicletas. Bem, isso era o começo de uma história, a idéia era uma fábrica de veículos, isso pode significar desde uma carrocinha até um ônibus. Hoje, a Kasinski fabrica motocicletas e tem um projeto de veículo que será vendido por R\$ 5 mil. Por esse preço, não dá para ser um automóvel, terá três rodas. Assim, surgiu a idéia do Motokar, porque seria uma moto transformada num veículo. O protótipo está em exibição no showroom. Levará dez anos para se transformar em realidade, mas eu não tenho pressa, sou um menino ainda.

Que tal a perspectiva de ser industrial no Brasil?

Tivemos uma resposta muito boa, no último mês, vendemos 600 motos. O Brasil é um país novo, um menino, começou ontem. Está crescendo desmesuradamente. Comprei um terreno em Manaus, fiz uma fábrica de 18 mil metros quadrados, estou produzindo motocicletas e lá também vou fazer meu primeiro veículo de três rodas.

ENTREVISTA

O que vem de Brasília em 2014?

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) completou, em 19 de dezembro último, 30 anos de acompanhamento do Congresso Nacional. Nesta entrevista, o seu diretor de documentação e analista político, Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, fala sobre as perspectivas para 2014 e um pouco da trajetória da instituição. Na sua avaliação, o ano eleitoral deve congelar a pauta de interesse dos trabalhadores hoje em debate, como o fator previdenciário e a redução da jornada. Para ele, tarefa importante é agir para que a atual bancada de oito senadores e 83 deputados identificados com o movimento sindical não seja reduzida. Na disputa presidencial, Toninho aposta em Dilma Rousseff (PT) ou Eduardo Campos (PSB), já que o sentimento nacional seria “pela continuidade”. Com isso, Aécio Neves (PSDB) teria dificuldades para se eleger, ainda que chegasse ao segundo turno.

Como fica a pauta do movimento sindical no Congresso Nacional neste ano?

Mantido o nível de crescimento da atividade econômica atual, 2014 vai ser um ano neutro, sem novas conquistas, mas também sem retrocessos. A nossa pauta positiva só entra como prioridade se a presidente passar a depender muito do movimento sindical para sua eleição. A pauta negativa, como a aprovação da terceirização, também não tem chance de prosperar. É ano eleitoral, e os parlamentares não vão querer se expor.

Mesmo a flexibilização do fator previdenciário ficará para depois?

Essa é uma matéria complexa e implica custos para o governo, que está morrendo de medo de as agências internacionais reclassificarem o Brasil para baixo. O problema hoje é o seguinte: tem a chamada agenda bomba no Congresso, com várias propostas que significam aumento de despesas. Algumas são decorrentes das manifestações de 2013, por exemplo, o passe livre que, se for a voto, será aprovado e terá impacto significativo nas contas públicas. É provável que em 2014 ela trabalhe basicamente três pontos: a conclusão da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), aumentando para 10% a despesa, a correção da tabela do Imposto de Renda e o reajuste do salário mínimo para 2015.

Nesse cenário, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 13/2013, que cria carreira de Estado para os engenheiros, tem chance de ser sancionado?

O projeto dos engenheiros não significaria, num primeiro momento, aumento de despesa, mas o reconhecimento da carreira de Estado. Há, portanto, possibilidade de que seja transformado em lei. Isso também porque o engenheiro é a matéria-prima principal de que o governo necessita para fazer a transição do consumo para o investimento, o que requer projetos.

Com a eleição deste ano, quais as perspectivas para a representação dos trabalhadores no Congresso?

A bancada sindical corre forte risco de sofrer redução. É uma bancada pequena, que faz o enfrentamento com a empresarial, evita uma série de retrocessos e ajuda em alguns avanços. Tendo um governo como Lula e Dilma que, bem ou mal, não apoiam medidas de retrocesso, compensa-se um pouco a bancada pequena. Mas se o governo começa a perder base de sustentação no mundo do trabalho, a pressão empresarial tende a ser maior. Os sindicatos têm que fazer o trabalho de mobilização nas ruas, mas é importante ter os aliados no Parlamento.

Como os sindicatos devem agir, tendo em vista a necessidade de não partidizar as entidades e o veto legal ao financiamento de campanhas?

Isso vai requerer grandeza das lideranças para não transformar a disputa eleitoral numa dissidência política que prejudique a unidade. É preciso não hostilizar uns aos outros. E os sindicatos devem dar todo o apoio dentro da lei, colocar militância nas candidaturas, incentivar a contribuição individual e direta dos trabalhadores.

O que se pode esperar para a eleição presidencial?

Mesmo que o PSDB consiga ir para o segundo turno, dificilmente fará o sucessor. Num clima de continuidade, uma oposição que queira zerar tudo o que está aí não tem chance de eleição. Se forem Dilma e Aécio, os votos de Eduardo vão para Dilma, majoritariamente. Se forem Dilma e Eduardo, ela corre risco, porque os votos de Aécio, anti-PT, iriam quase que integralmente para Eduardo. Se por absurdo, a disputa se der entre Aécio e Eduardo, os votos de Dilma vão majoritariamente para Eduardo. Eduardo é beneficiado nas duas hipóteses, por isso, o governo está tão preocupado com ele.

Pode entrar em cena algum plano B?

Isso está em aberto, as convenções são em junho e até lá tudo pode acontecer, inclusive a candidatura do Joaquim Barbosa que pode se filiar até seis meses antes das eleições, por ser magistrado. Porém, salvo mudança muito significativa, não vejo riscos de alteração. No entanto, se a economia degringola ou as contas públicas se desarranjam de um modo tal que o governo deixa de honrar compromissos – o que não está no cenário –, aí o Lula, muito provavelmente, será escalado, porque não vai permitir que o PT entregue o governo ao PSDB ou a quem quer que seja.

Que balanço você faz dos 30 anos de atuação do Diap?

A criação do Diap foi uma vitória importante, porque pôde acompanhar no Parlamento todos os temas de interesse dos trabalhadores de modo que não houvesse surpresas e também que se tivesse capacidade de organizar os segmentos assalariados. Começamos com os embates em torno dos decretos-lei de arrocho salarial que foram derrotados, depois avanços para a Constituinte, quando elaboramos a emenda popular com os direitos trabalhistas, e depois o acompanhamento de regulamentação da Constituição. Foram muitas as conquistas das quais o Diap participou, elaborando a proposta e atuando como grupo de pressão. Ultimamente, tem atuado para valorizar a educação política. Temos uma nova geração de 18 a 25 anos que não sabe o que é inflação, repressão ou arrocho salarial. Essa falta de memória é ruim, porque as pessoas desqualificam a política, não sabem que ela é a responsável pela solução dos problemas coletivos.

C&T

A polêmica exploração do gás de xisto

A possibilidade de exploração desse gás não convencional com a realização da 12ª Rodada de Licitações, em 28 de novembro último, aumentou o debate sobre a utilização desse recurso no País. Com investimentos previstos de mais de R\$ 500 bilhões, no leilão foram arrematados 72 dos 240 blocos ofertados. Integrando o conjunto de 12 empresas que apresentaram ofertas vencedoras, sendo oito brasileiras, a Petrobras ficou com a maior parte – 49. As informações são da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Segundo sua diretora-geral, Magda Chambriard, os grandes sucessos dessa 12ª Rodada são os resultados obtidos na Bacia do Paraná, a entrada da Bacia do Acre como nova possibilidade no cenário exploratório nacional e o reforço de blocos no Parnaíba, que hoje produz em torno de 6% do gás brasileiro. Ela salientou ainda o papel do Recôncavo e de Sergipe-Alagoas, onde se encontram 54 dos 72 blocos arrematados. Já o ministro interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, afirmou que a 12ª rodada tem um papel pioneiro e poderá contribuir no futuro para o incremento da produção de gás no País.

Como demonstra parecer técnico prévio à licitação apresentado pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás (GTPEG), a possibilidade de exploração do gás de xisto é vista com preocupação pelos próprios órgãos ambientais do governo. O grupo é constituído pelo Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável pela coordenação técnica. A análise se debruçou sobre os 240 blocos ofertados, buscando identificar a sobreposição e proximidade de áreas com unidades de conservação e outras consideradas prioritárias para tanto, visando “a exploração sustentável e a preservação dos atributos do bioma”, com base na Lei nº 11.428, de 2006 (Lei da Mata Atlântica). Nas bacias do Acre, Paraná e Sergipe-Alagoas, por exemplo, a sobreposição e proximidade com tais áreas é apontada. No documento, são feitas recomendações de adequação, estudos e estabelecimento de critérios rígidos durante o licenciamento ambiental, para minimizar os impactos, entre eles sobre espécies ameaçadas de extinção e terras indígenas, bem como a contaminação de aquíferos. A falta de normatização em relação aos produtos químicos utilizados na atividade é outra preocupação apresentada.

O cuidado é justificado no documento, que descreve as características do gás de xisto: “é aquele aprisionado em formações de muito baixa permeabilidade, que exigem técnicas adicionais de fraturamento e estimulação da formação rochosa para poder produzir.” O documento indica que isso tem feito com que seu uso, mesmo em “países com forte demanda por fontes energéticas”, seja visto com reservas. Caso de Nova Iorque, nos Estados Unidos, país pioneiro nessa produção, a qual já representa 30% do total do gás natural.

Recomendações

A técnica utilizada é de fraturamento hidráulico, o que demanda, segundo Jailson Bittencourt de Andrade, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), grande volume de água. “É importante saber de onde vem essa água e para onde vai, pois após a exploração, estará contaminada com várias substâncias”, enfatiza ele, que é ainda conselheiro da Sociedade Brasileira de Química e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Conforme a análise do GTPEG, essa é uma importante questão ambiental, “particularmente em regiões onde (os recursos hídricos) sejam pouco disponíveis ou cujo uso concorra com outros importantes para a população e atividades econômicas locais, como é o caso da Bacia do Parnaíba”. De acordo com o parecer, um poço de gás não convencional requer entre 9 mil e 29 mil metros cúbicos de água. O GTPEG foi categórico: “É necessária uma discussão clara e abrangente por parte dos diversos segmentos da sociedade brasileira com relação a essa tecnologia. Deve-se pesar também questões além das estritamente ambientais, como as demais fontes existentes e os potenciais energéticos do País.” A análise apontou também a premência de aprofundado conhecimento geológico de cada área e de regulação sobre a atividade em âmbito nacional.

A falta de estudos prévios sobre a situação de cada local a ser explorado, que permita conhecer a potencial aplicação, implicação ambiental e logística exigida, é criticada por Andrade. Na sua ótica, a própria necessidade do uso dessa fonte no País é “duvidosa”. Para o consultor da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), professor Wagner da Costa Ribeiro, a nação “não precisa do gás de xisto, porque nossa matriz energética é diversificada e ainda pode ser aumentada tanto em termos de novas fontes quanto em produtividade das alternativas que já exploramos, como as hidrelétricas”. Ele continua: “Os impactos ambientais são elevados e pouco conhecidos, mas já se sabe que esse tipo de exploração contamina o solo e corpos de água. Não precisamos correr esse risco.”

A SBPC e a Academia Brasileira de Ciências enviaram correspondência à presidente Dilma Rousseff em 5 de agosto de 2013. Na carta, informam que “apesar das notícias publicadas pela Agência Internacional de Energia dos Estados Unidos, que sugerem reservas de gás de xisto na ordem de 7,35 trilhões de metros cúbicos nas bacias geológicas do Paraná, do Parnaíba, do Solimões e Amazonas, do Recôncavo e de São Francisco (norte da Bahia e sul de Minas Gerais), e das estimativas da ANP, de que as mesmas podem ultrapassar no Brasil o dobro desse número, deve-se destacar o caráter preliminar dessas possíveis reservas, especialmente devido à falta de conhecimento, até o momento, das características das rochas consideradas para esse cálculo (...)”. Assim, e diante dos riscos, as duas entidades solicitaram a sustação da licitação “por um período suficiente para aprofundar os estudos”. Esse tempo seria, segundo Andrade, de cinco anos, para que a academia e institutos de pesquisa pudessem efetuar “avaliação muito refinada”. Ribeiro conclui: “Como temos fontes alternativas, podemos deixar o gás de xisto como uma reserva estratégica, ainda que, em minha opinião, não precisaremos utilizá-la.”

Por Soraya Misleh